

**BADIOU, Alain. *A Hipótese Comunista*.
São Paulo: Boitempo, 2012, 150 p.**

Pedro Henrique de Moraes Cicero¹

Relativizar as consequências e o peso do “fracasso”. Esse é o objetivo estabelecido pelo filósofo Alain Badiou ao compilar em livro ensaios que tratam o comunismo como “a hipótese histórica de um mundo livre da lei do lucro e do interesse privado”.

A referida hipótese, nos escritos de Badiou, é pensada a partir de uma analogia com a matemática. O autor argumenta que, quando uma hipótese matemática é enunciada, há inúmeras tentativas de comprová-la. Muitos desses esforços se mostram infrutíferos. Porém, nem sempre todo trabalho é perdido. Frequentemente, chega-se à demonstração final de um teorema ao compreender os erros cometidos até então, os quais, portanto, estimulam a evolução do conhecimento matemático.

No mesmo sentido, através de textos que retratam as insurgências ocorridas na França em maio de 1968, na Revolução Cultural chinesa e, também, na Comuna de Paris, o autor sustenta que os aparentes fracassos dessas experiências – todas vinculadas à hipótese comunista – foram, e ainda são, etapas de uma história em construção.

Entretanto, Badiou alerta sobre a necessidade de se estabelecer um balanço com vistas a propor mudanças nos modelos de ação política. É com essa proposta em mente que o autor revisita os três acontecimentos históricos supracitados.

¹ Doutor e Mestre em Ciência Política (UNICAMP), Bacharel em Relações Internacionais (UNESP/Franca) e em Direito (PUCCAMP). Professor vinculado ao curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: pedrohenrique@ie.ufu.br.

No artigo *Somos ainda contemporâneos de maio de 1968*, Badiou enfatiza a complexidade do processo político em questão. A heterogeneidade de forças envolvidas no 05/68 francês é clara, tendo em vista a sobreposição de três atores, a saber: a rebelião da juventude universitária e secundarista; a greve geral estimulada pela CGT e, por fim, a *jornada libertária* empreendida pelas mulheres e homossexuais.

Apesar de importantes intersecções, o referido trio permaneceu distinto, o que resultou mais numa efervescência de contradições do que num movimento unificado. Tais contradições catalisaram a formação de um importante legado: a percepção sobre a necessidade de se forjar, na luta, uma nova prática política capaz de se desprender do “revolucionarismo clássico”.

Ou seja, durante e depois de maio de 68, fortaleceu-se o questionamento sobre a legitimidade/eficiência das “organizações históricas de esquerda” (sindicato e partidos) no sentido de articular uma crítica à democracia representativa e, conseqüentemente, ao “*capital-parlamentarismo*”. Por meio dessa argumentação, Badiou é taxativo ao se opor àquilo que ele denomina “*obsolescência do leninismo estrito*” (p. 40).

O desafio está, portanto, em encontrar novas formas para dar vazão à disciplina política emancipadora, formas estas que devem superar a relação orgânica com os partidos e com o sistema eleitoral e institucional que os mantêm. Essa é, para o autor, a questão central do futuro comunismo.

Sobre a Revolução Cultural chinesa, Badiou apresenta o artigo intitulado “*A última revolução?*”. Nele, a lógica argumentativa é mantida ao se enfatizar a contradição percebida entre a ação perpetrada pelas massas e a *esquerda institucional* materializada no partido comunista chinês. Sobre a questão, o filósofo retoma duas falas proferidas por Mao: “*Sob o socialismo, a burguesia se reconstitui e se organiza no próprio partido comunista*”. E: “*A esmagadora maioria dos quadros [do partido] é boa. Não se trata de destruir o partido*”.

Esse par de frases traduz o paradoxo da Revolução Cultural. Trata-se de um processo que, em certos momentos, ao priorizar a iniciativa das massas, vislumbrou o fim do 'partido-Estado', mas que, ao mesmo tempo, deixou clara a impossibilidade de se atribuir às ações da massa sublevada a lógica estrita da representação de classes (pois, em nível nacional, a figura do partido era a única aceita, embora muitos de seus órgãos tradicionais estivessem em crise).

Por fim, ao retomar as experiências da Comuna de Paris de 1871, Badiou vincula a sua *débâcle* à afirmação do '*partido-Estado*' como forma de organização política hegemônica entre os revolucionários de então. Ou seja, segundo o autor, os problemas *de Estado* que a comuna não conseguiu resolver serviram de pretexto para que a [suposta] eficiência do partido comunista passasse a ser hegemonicamente creditada com uma capacidade permanente de resolver os problemas que a Comuna deixou pendentes, entre os quais a centralização da defensiva policial e militar e a completa destruição das posições econômicas burguesas. O autor problematiza, porém, se esse mesmo '*partido-Estado*' não suprimiu muitos dos problemas *políticos* que a Comuna teve o mérito de vislumbrar.

O autor chama a atenção para o fato de a Comuna ter sido utilizada como inspiração para as massas sublevadas durante a Revolução Cultural chinesa. Os maoístas, em meio a confrontos com a hierarquia do '*partido-Estado*', procuravam referências anteriores ao leninismo para solidificar o argumento de que a mobilização revolucionária das massas era indispensável para se levar adiante a marcha rumo ao comunismo. No entanto, para o autor, o paradoxo de Mao se fez presente novamente: os fatos políticos comprovaram que a visão maoísta da Comuna, por mais ativa e militante que fosse, permaneceu prisioneira do quadro do '*partido-Estado*'.

Badiou exalta, ainda, a importância da Comuna ao considerá-la o primeiro de vários outros momentos subsequentes onde se materializou a luta – prática e teórica – por novas formas de política, especificamente *uma política sem partido*: o movimento *Solidarnosc*, na

Polônia; a primeira sequência da revolução iraniana; o movimento zapatista no México. Provas irrefutáveis da relevância e da atualidade da mencionada problemática.

Ao jogar luz em tão polêmico debate Badiou nos auxilia a angariar elementos para compreender o que é, para ele, um importante paradoxo do marxismo, qual seja, o caráter monolítico do modelo clássico de organização da luta política, segundo o qual o “partido comunista” deve conquistar o estado burguês para, só assim, desmantelá-lo. A compilação de textos do filósofo francês parece ser mais um passo da longa caminhada que, quem sabe, resultará na demonstração final da hipótese comunista.